

INEXIGIBILIDADE nº 015/2025

CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3510/2025

I – PREÂMBULO:

O MUNICÍPIO DE JAURU – MT, TORNA PÚBLICO para ciência dos interessados que a partir do dia **22 de Setembro de 2025**, estão abertas as inscrições para Credenciamento para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO ESPECIALIZADO EM TRANSPORTE DE PACIENTES COM UTI MÓVEL**.

CONSIDERANDO que as condições para execução do objeto são universais e, portanto, a prestação dos serviços dar-se-á em igualdade de condições e o preço a ser pago será o mesmo para todos os interessados, extingue-se a competitividade, caracterizando situação de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no inciso IV do caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 e ainda inciso I do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021. Desta forma, o **CREDENCIAMENTO** apresenta-se como a forma mais adequada de atender o objeto em questão, por conceder tratamento isonômico a todos os pretensos credenciados.

A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial da União, no Portal Transparência do Município de JAURU (www.jauru.mt.gov.br) e pela BNC (Bolsa Nacional de Compras): <https://bnccompras.com>;

O presente certame fora baseado em Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado pelo setor requisitante.

II – DO OBJETO:

2.1 - Constitui objeto desta licitação o Credenciamento para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO ESPECIALIZADO EM TRANSPORTE DE PACIENTES COM UTI MÓVEL.

2.2 – ITENS DO CREDENCIAMENTO:

IT.	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	V. UNITÁRIO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TRANSPORTE E REMOÇÃO DE PACIENTE ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL EM UTEI MÓVEL, TIPO D, DE SUPORTE AVANÇADO POR KM RODADO, COM EQUIPE MÉDICA, INCLUÍDO MOTORISTA, ENFERMEIRO E MÉDICO ESPECIALISTA.	KM	30.000	R\$ 16,70

A empresa interessada deverá presar por:

Qualidade e Segurança;**Equipamentos Avançados:**

As UTIs móveis tipo "D" são equipadas com monitor cardíaco, desfibrilador, ventilador mecânico, bombas de infusão, entre outros equipamentos essenciais para o manejo de emergências durante o transporte.

Equipe Capacitada: Profissionais certificados em suporte avançado de vida garantem o atendimento adequado aos pacientes críticos.

Eficiência e Rapidez;

Disponibilidade 24/7: A empresa contratada disponibilizará o serviço de transporte 24 horas por dia, 7 dias por semana, assegurando resposta rápida às necessidades emergenciais.

Tempo de Resposta Reduzido: Garantia de tempo máximo de resposta de até 30 minutos após o acionamento, agilizando o atendimento e a remoção de pacientes.

Continuidade do Tratamento;

Transporte Inter-hospitalar: Facilita a transferência de pacientes entre unidades hospitalares, garantindo a continuidade do tratamento iniciado e a utilização de recursos mais especializados quando necessário.

ASPECTOS ECONÔMICOS

A contratação por quilômetro rodado permite um controle rigoroso dos gastos públicos, pagando-se apenas pelo serviço efetivamente utilizado. Além disso, evita-se o custo fixo e a depreciação dos equipamentos que seriam necessários caso o município optasse pela aquisição e manutenção própria das UTIs móveis.

IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA

A disponibilização de um serviço especializado de transporte de pacientes críticos contribuirá significativamente para a melhoria dos índices de saúde pública do município, reduzindo taxas de mortalidade e complicações durante o transporte. A prontidão e a qualidade do atendimento proporcionadas pelo serviço especializado são essenciais para garantir a segurança e o bem-estar dos pacientes.

2.3 – JUSTIFICATIVA:

A contratação de empresa especializada é imprescindível para garantir a qualidade, segurança e agilidade no transporte de pacientes críticos do Município de Jauru/MT, sobretudo em situações de urgência. Os atendimentos de referência são realizados nos municípios de **Pontes e Lacerda, Cáceres e Cuiabá**; entretanto, em casos em que o paciente necessite de tratamento em UTI e não houver vaga disponível nessas unidades, o encaminhamento será feito para o hospital que possuir leito disponível **em qualquer localidade do Estado de Mato Grosso**.

Nessa circunstância, é fundamental que o Município disponha de resposta rápida, considerando que não possui veículo próprio nem equipe capacitada disponível 24 horas por dia, 7 dias da semana. A contratação garante:

- Atendimento imediato e adequado a pacientes adultos, pediátricos e neonatais em condições críticas;
- Profissionais qualificados e equipamentos especializados para o manejo de casos complexos durante o transporte;
- Redução de riscos e prevenção de complicações, assegurada pelo suporte avançado oferecido pelas UTIs móveis tipo “D”;
- Continuidade do atendimento, com transporte seguro até qualquer unidade hospitalar do Estado que disponibilizar vaga em tempo oportuno.

2.4 – ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

- Garantir a conformidade com as normas de segurança radiológica estabelecidas pela ANVISA, CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e outros órgãos regulares.
- Implementar medidas de controle e proteção contra radiações, Minimizando a exposição desnecessária.
- Realizar testes periódicos de qualidade e segurança dos equipamentos de raio X.
- Fornecer orientação e treinamento contínuo para a equipe envolvida na operação dos equipamentos.

2.5 - O valor total estimado para o presente credenciamento é conforme tabela apresentada acima.

III – DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO:

3.1 – O credenciamento permanecerá aberto durante todo o prazo estabelecido no preâmbulo, para as pessoas jurídicas habilitadas, observados os critérios de interesse público e as necessidades do Município.

3.2 – A habilitação ocorrerá após apresentação dos documentos exigidos no item 6, observadas as necessidades do Município.

3.3 – Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, o Município convocará a pessoa jurídica para assinatura do termo de Contrato. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão de Credenciamento, no Setor de Compras do Município, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir do indeferimento.

3.4 - Os documentos da habilitação deverão ser apresentados exclusivamente na forma eletrônica pela LICITANET.COM.BR; em que conste:

MUNICÍPIO DE JAURU

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

3.5 – Os documentos da habilitação deverão ser remetidos via BNC.

IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1- Poderão participar deste credenciamento:

4.1.1 – Poderão participar deste Credenciamento todos os interessados pessoas física e jurídicas que atenderem às exigências constantes neste Edital e seus anexos;

4.1.2- Não possuam junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS sanções que restrinjam o direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

4.1.3- Não possuam junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, condenação por, nos termos da Lei Federal 8.429/92.

4.1.4- Não estão impedidos de participar direta ou indiretamente da presente licitação ou da execução dos serviços, os proponentes que se enquadram no artigo 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

4.5 – Não poderão participar deste Credenciamento:

a) Pessoas Físicas e Jurídicas que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação. Em caso de recuperação judicial, deverão apresentar o plano de recuperação homologado pelo juízo, em vigor;

b) Pessoas Físicas e Jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;

c) Pessoas Físicas e Jurídicas que estiverem irregulares quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais consideradas a sede ou principal estabelecimento da proponente;

d) mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de

contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

V- DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO:

5.1- O credenciamento terá início em **22 de Setembro de 2025** e permanecerá aberto até enquanto a administração considerar pertinente.

5.2 – O início da prestação de serviços será durante a vigência do contrato, a partir da data do recebimento, pela credenciada, da Ordem Compra emitida pela Secretaria Solicitante.

VI – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

Os interessados em aderir ao Credenciamento de que trata o presente edital, deverá apresentara seguinte documentação em original ou em cópia autenticada:

Para habilitação serão necessários à apresentação dos seguintes documentos:

1. Habilitação Jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da UF da licitante;

1.1 No caso da alínea “c”, caso a empresa for identificada como EIRELI em seus atos constitutivos, ela deverá ser considerada como convertida em SLU, automaticamente pelo agente de contratação, devendo os seus atos constitutivos serem considerados regulares como EIRELI, mas a empresa deverá se comportar na contratação como uma SLU.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND - INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CND - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

2.1 A licitante enquadrada como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.2 No caso da alínea “b” do item 7.22 caso a licitante seja considerada isenta de alguns dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

2.3 – Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

2.3.1 Certidão de Falência e Recuperação Judicial válida, emitida pelo Distribuidor da sede do licitante, dentro dos últimos **30 dias** antecedentes à realização do certame.

2.3.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

VII – DA FORMALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO:

7.1 – Fica facultado a Secretaria de Saúde e/ou Administração de JAURU, solicitar a qualquer tempo, a documentação original, para verificação e autenticação das cópias apresentadas.

7.2 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou qualquer outro documento em substituição aos documentos exigidos no presente edital.

7.3 – Após a análise da documentação e a verificação de conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, o Município de JAURU procederá ao credenciamento da empresa, convocando-a para assinatura do termo de contrato. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão de Credenciamento, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da data do indeferimento.

7.4 – O critério de escolha da empresa credenciada será por menor distância da sede da Secretaria Municipal de Saúde de Jauru MT em relação a sede da Empresa Credenciada, afim de agilizar a prestação do serviço.

VIII – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1 – A contagem dos KM terá marco inicial a partir do transporte do paciente saindo então da unidade onde paciente se encontrar até o destino proposto pela Secretaria de Saúde.

8.2 – A contratação das empresas credenciadas dar-se-á pelo Sistema de Registro de Preços, de acordo com as necessidades do município.

8.3 – A empresa credenciada será convocada para apresentação de proposta para execução dos serviços, obedecendo as quantidades estabelecidas na Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de Saúde de JAURU.

8.3 – A empresa convocada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 30 minutos após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de Saúde de Jauru.

IX - DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

9.1 . A previsão orçamentaria para esta contratação se dá conforme as dotações:

10.302.0030.2100.0000.3.3.90.39.00 – Ficha 482

10.302.0030.2100.0000.3.3.90.39.00 – Ficha 483

10.302.0030.1136.0000.3.3.90.39.00 – Ficha 694

9.2 – O pagamento será efetuado mensalmente, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e do relatório de execução dos serviços, devidamente atestados pelo setor responsável, além do relatório do fiscal do contrato.

X – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1 – O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa credenciada poderá acarretar a aplicação das seguintes sanções administrativas:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de JAURU por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Credenciamento.

11.2 – O Foro da Comarca de JAURU/MT será o competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente edital.

11.3 – Integram o presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Declarações

Anexo III - Minuta de Contrato

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

SIGILO: () SIM (x) NÃO
PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL: () SIM (x) NÃO

1 - ÁREA DEMANDANTE

Secretaria Demandante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Secretário: ERASMO MARTINS DOS SANTOS	
Email (institucional):	Telefone (Institucional):

2 – OBJETO

2.1 Especificação do objeto: Credenciamento para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO ESPECIALIZADO EM TRANSPORTE DE PACIENTES COM UTI MÓVEL.**

2.2 Descrição e quantidades

IT.	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	V. UNITÁRIO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TRANSPORTE E REMOÇÃO DE PACIENTE ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL EM UTEI MÓVEL, TIPO D, DE SUPORTE AVANÇADO POR KM RODADO, COM EQUIPE MÉDICA, INCLUÍDO MOTORISTA, ENFERMEIRO E MÉDICO ESPECIALISTA.	KM	30.000	R\$ 16,70

VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO: 501,000,00 (quinhentos e um mil reais)

2.3 Estimativa de consumo individualizada de cada um dos órgãos participantes (no caso de contratação de todos os órgãos da Administração)

2.3.1. Secretaria XXXX

Item	Descrição e especificação	Unidade de medida	Solicitação mínima	Solicitação máxima	Quantidade total
1					
2					
3					
4					

3 – JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 Justificativa: A contratação de empresa especializada é imprescindível para garantir a qualidade, segurança e agilidade no transporte de pacientes críticos do Município de Jauru/MT, sobretudo em situações de urgência. Os atendimentos de referência são realizados nos municípios de **Pontes e Lacerda, Cáceres e Cuiabá**; entretanto, em casos em que o paciente necessite de tratamento em UTI e não houver vaga disponível nessas

unidades, o encaminhamento será feito para o hospital que possuir leito disponível **em qualquer localidade do Estado de Mato Grosso.**

Nessa circunstância, é fundamental que o Município disponha de resposta rápida, considerando que não possui veículo próprio nem equipe capacitada disponível 24 horas por dia, 7 dias da semana. A contratação garante:

- Atendimento imediato e adequado a pacientes adultos, pediátricos e neonatais em condições críticas;
- Profissionais qualificados e equipamentos especializados para o manejo de casos complexos durante o transporte;
- Redução de riscos e prevenção de complicações, assegurada pelo suporte avançado oferecido pelas UTIs móveis tipo "D";

Continuidade do atendimento, com transporte seguro até qualquer unidade hospitalar do Estado que disponibilizar vaga em tempo oportuno.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (QUANDO APLICÁVEL)

(Conforme ETP)

5 – REQUISITOS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Equipamentos Avançados:

As UTIs móveis tipo "D" são equipadas com monitor cardíaco, desfibrilador, ventilador mecânico, bombas de infusão, entre outros equipamentos essenciais para o manejo de emergências durante o transporte.

Equipe Capacitada: Profissionais certificados em suporte avançado de vida garantem o atendimento adequado aos pacientes críticos.

Eficiência e Rapidez;

Disponibilidade 24/7: A empresa contratada disponibilizará o serviço de transporte 24 horas por dia, 7 dias por semana, assegurando resposta rápida às necessidades emergenciais.

Tempo de Resposta Reduzido: Garantia de tempo máximo de resposta de **até 30 minutos** após o acionamento, agilizando o atendimento e a remoção de pacientes.

Continuidade do Tratamento;

Transporte Inter-hospitalar: Facilita a transferência de pacientes entre unidades hospitalares, garantindo a continuidade do tratamento iniciado e a utilização de recursos mais especializados quando necessário.

6 – EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

6.1 - O fornecimento dos SERVIÇOS serão realizados sob o regime de preço unitário, destinado a atender as necessidades das secretarias municipais;

6.2 - O compromisso para o fornecimento dos produtos só estará caracterizado após o recebimento da “**Ordem de fornecimento**” ou da competente Nota de Empenho, que deverá conter obrigatoriamente: data, número do processo, número da Nota de Empenho, prazo que ficará à disposição da contratante, carimbo e assinatura do responsável;

6.3 – O vencedor fica obrigado a atender todas as ordens de fornecimento expedidas durante a vigência da ata de registro de preços ou do contrato, dentro da quantidade estabelecida, podendo haver atendimento além da prevista, a critério da administração, mediante prévia justificativa, e com a anuência da contratada, devidamente formalizada no processo e aprovação das máquinas oferecidas;

6.4 - Todas as despesas para o fornecimento do objeto deste processo serão por conta da contratada, tais como, impostos, multas, etc.

6.5 - A empresa vencedora do certame não poderá contratar outra empresa do ramo para executar o fornecimento, o qual deverá neste caso cumprir o contrato a ser firmado com a Prefeitura Municipal de Jauru-MT para os fornecimentos, nas quantidades estabelecidas neste edital.

6.10 - VIGENCIA:

2.10.1 - A contratação será pelo período de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme faculta o artigo 106 da Lei n.º 14.133/21.

7 - DOS PREÇOS:

8.1 - Os preços serão fixos e irreajustáveis, podendo, no caso de reajuste serem nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, podendo, entretanto, eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a). Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 135 da lei 14.133/21.;

b). Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto na lei 14.133/21.

8.2 - A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

8.3 - Pedidos de revisão de preços só serão aceitos após 180 dias da assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.

8.4 - Ordens/Pedidos de compras emitidos com data anterior à publicação do Termo de Realinhamento de Preços deverão ser cumpridos de acordo com o preço antes da revisão ou reajuste

9 - RESULTADOS ESPERADOS:

9.1 - Garantir, através do Registro de Preços, o menor preço para o objeto licitado, aos órgãos/entidades do Poder Executivo Municipal e reduzir custos, com o registro de Preços de todos os itens, com economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência e utilização sustentável dos recursos financeiros deste Município, alocando somente o necessário para cada aquisição e/ou contratação e supressões de Licitações contínuas e segundas.

10 - DA EXCLUSIVIDADE PARA ME ou EPP:

5.1 - Conforme Lei Federal 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, artigo no 48, inciso I e ainda nos termos da Resolução de Consulta nº 17/2015 - TP, processo 19.396-8/2015 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, estes estabelecem que para aquisição e/ou contratação de item com valor estimado até de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação MICRO EMPRESAS (**ME**) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (**EPP**) é e exclusiva.**

~~**5.1.1 - Os itens deste termo de referência está com valor estimado abaixo de R\$ 80.000,00 e diante disso será para participação exclusiva de ME e/ou EPP.**~~

~~**5.1.1.1 - Caso não compareça ao certame pelo menos 03 (três) empresas classificadas como ME ou EPP o item fica aberto a participação de todas as empresas.**~~

**ERASMO MARTINS DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ANEXO II**Declarações**

A.....(Razão Social da empresa), CNPJ, com endereço à....., declara que:

- Que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (se for o caso) nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição República Federativa do Brasil;
- Que tomou conhecimento, e está de acordo com as condições previstas nesse edital;
- Que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, do produto licitado para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas no edital, sob as penas do Art. 299 do Código Penal;
- Que não possui em seu quadro gerencial ou societário, Agente Político ou Administrativo do município, bem como pessoas ligadas a qualquer um deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até terceiro grau;
- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.
- Que está ciente que cumpre (m) plenamente os requisitos de habilitação.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ 2025.

(Assinatura do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 anos na condição de aprendizes deverá declarar expressamente.

ANEXO IV – Minuta do Contrato**ANEXO IV****MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE
ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE
JAURU E A EMPRESA****CONTRATO N. ____/2025**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE JAURU**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 15.023.948/0002-30, com sede na Rua do Comércio, n. 480, Centro, nesta comarca, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Valdeci José de Souza**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 12694908 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 985.374.821-53, residente e domiciliado a Avenida Rui Barbosa, nº 300, Bairro Boa Esperança, na cidade de Jauru – MT, CEP: 78.255-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa** _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____ com sede no endereço _____ nº _____, Bairro Jardim Aclimação, município Cuiabá, Cep 78.050-280, representado neste ato pelo Sr. _____, brasileiro, estado civil, profissão, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, e do CPF nº. _____, residente e domiciliado na _____, doravante denominada simplesmente, **CONTRATADA**, tendo em vista o **Processo Administrativo n. 3510/2025**, que deu origem ao Inexigibilidade **n. 15/2025**, têm como justos, pactuados e contratados este ajuste, nos termos da Lei 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06, Decreto Municipal n. 069/2023 e n. 072/2023, pelos preceitos de Direito Público, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos, pelas disposições de Direito Privado e, especialmente, pelas cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação 003/2025 compreendendo:

1.2 São instrumentos vinculativos ao presente contrato:

1.2.1 Edital do Pregão Eletrônico;

1.2.2 Termo de Referência;

1.2.3. Proposta Vencedora

1.3. DO PRAZO E DA FORMA ENTREGA: A entrega do objeto deste instrumento contratual será de até 30 (trinta) Minutos, após emissão do pedido de compras (NAD), no setor de compras localizado na Rua do Comércio, nº. 480, Centro, Jauru/MT. A entrega deverá ser acompanhada pelo setor de compras em conjunto com o fiscal nomeado através de portaria específica.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da data de _____, compreendendo os seguintes prazos de forma individualizada, caso houver.

2.1.1 O contrato poderá ser prorrogado conforme art. 111 da Lei 14.133/2021 quando o objeto não for concluído no período firmado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

2.2. Em casos de eventual comprovação da necessidade de dilação do prazo contratual para o término do objeto, a menos que o Contratante tenha dado causa, não será admitida a cobrança de despesas de qualquer natureza, salvo situações de desequilíbrio econômico financeiro, previstos em lei.

2.3 A execução dos serviços ora contratados deverá seguir rigorosamente de acordo com o previsto no Termo de Referência e demais elementos técnicos relacionados no Edital e características dos serviços contratados.

2.4 Todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços ora contratados serão fornecidos pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O Contratante pagará pela execução do objeto do presente contrato o valor de _____ sendo:

3.1.1. Os valores acima estão incluídos todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2. O pagamento será realizado em parcela única, após 30 (trinta) dias da entrega do objeto;

3.3. O pagamento ocorrerá em até **60 (sessenta) dias**, após o recebimento dos produtos, bem como da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal de contrato, de acordo com a ordem cronológica de pagamento a fornecedores, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 073/2023.

3.3.1 A Nota Fiscal / fatura deverá ser apresentada já com as deduções tributárias legais incidentes.

3.3.2 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

3.3.3 Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do “SIMPLES”;

3.3.3.1 Em sendo optante do “SIMPLES” a Contratada deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

3.3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 meses, devendo a Contratada apresentar à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

3.3.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.4 Em caso de atraso superior à 30 dias, no pagamento das faturas, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, tem como base a média da cesta de Índices Oficiais sendo eles INPC, IPCA, IPCDI e IGPM, referente ao mês de inadimplemento.

3.5 A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente na Administração Pública Municipal.

3.6. Para realização dos pagamentos, a Contratada deverá manter as condições de habilitação prevista neste instrumento;

3.7. Em hipótese alguma é permitida a antecipação de pagamento por serviços não executados ou executados de forma incompleta;

3.8 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às eventuais multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

3.8.1 O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

3.9 Não será admitido o pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

3.10 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da contratada.

3.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3.12. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

3.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.14. Qualquer irregularidade ou falta de apresentação de certidões o prazo do item 3.3 somente se iniciará com a devida regularização das pendências.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. Os valores inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de vigência deste instrumento contratual;

4.2. Em caso de eventual necessidade, os preços dos serviços, observado o interregno mínimo de 12 meses, da apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE ou IGPM/FGV, acumulado em 12 meses.

4.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

4.5. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

4.6. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

4.7 O reajuste será realizado por apostilamento, ou mediante aditivo quando couber.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas necessárias para execução do objeto contratual, serão cobertas com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Exercício 2025 desta Prefeitura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.302.0030.2100.0000.3.3.90.39.00 – Ficha 482

10.302.0030.2100.0000.3.3.90.39.00 – Ficha 483

10.302.0030.1136.0000.3.3.90.39.00 – Ficha 694

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 O contrato será acompanhado por um gestor de contratos cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais, como: instruir o processo do contrato com toda a documentação relativa à execução e fiscalização do contrato, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc, conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 58/2023.

6.3 O contrato será fiscalizado por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 058/2023.

6.4. Após a assinatura do contrato o fiscal em conjunto com o gestor de contrato elaborará o plano de fiscalização do contrato que terá como referência o Termo de Referência, Edital e o presente contrato e constará as estratégias de execução e fiscalização do contrato, conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 74/2023.

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

a) Qualidade do objeto;

b) se está objeto entregue está de acordo com o termo de referência;

c) Prazo de entrega dos objetos em conformidade com o prazo estabelecido neste instrumento.

6.6.1 O fiscal do contrato deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

a) Deixar de cumprir com as cláusulas deste instrumento contratual;

6.6.2 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

6.6 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e Edital, devendo ser substituídos imediatamente a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.9 A fiscalização de que trata este item/lote não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10. A fiscalização fica a cargo do fiscal titular _____ e em sua ausência o suplente _____ responsáveis pela fiscalização da secretaria solicitante nomeado (a) através portaria nº _____ de _____ de _____ 2025;

6.11.1. A Nota Fiscal deverá ser atestada apenas pelo fiscal de contrato, ao qual tem o encargo de receber os objetos deste instrumento;

6.13. As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

6.14 Quaisquer dúvidas os fones de contato são: (65) 3244-1855 e e-mail: prefeiturajauru@jauru.mt.gov.br.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente instrumento e seus anexos;

7.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no presente instrumento, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.6. Comunicar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pela contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.8. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;

7.1.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, seja através de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2 São obrigações da contratada:

7.2.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2.2. Efetuar a entrega do objeto contratual em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal;

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

a) a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

b) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal n. 59/2023:

a) Advertência;

b) Multa Moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento), e de até 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto, pelo descumprimento de qualquer obrigação, exceto prazo de entrega;

c) Multa Compensatória;

d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5 A aplicação das sanções previstas neste instrumento, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal n. 59/2023.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

9.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

9.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

9.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

9.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.5.3 Indenizações e multas.

9.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

10.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao Contrato;

10.1.2 A Contratada obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei 14.133/2021 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

10.2 Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

10.3 Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, assim como no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

10.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Jauru-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, assinará a parte contratada preferencialmente de forma digital, ficando posteriormente a obrigação da assinatura do representante da Administração Pública mediante publicação no diário oficial do Município do Mato Grosso.

Paço Municipal “José Peres”, em Jauru-MT, 19 de Setembro 2025.

**MUNICÍPIO DE JAURU
PREFEITO MUNICIPAL
VALDECI JOSÉ DE SOUZA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ sob o nº. XXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE